

O MONUMENTAL PELO FOTOGRÁFICO: sobre fotografia e patrimônio cultural entre os anos 1930 e 1990

Janice Gonçalves¹, Lucas Kammer Orsi²

¹ Orientadora, Departamento de História do Centro de Ciências Humanas e da Educação/UDESC –
janice.gnclvs@gmail.com

² Acadêmico do Curso de História do Centro de Ciências Humanas e da Educação/UDESC, bolsista
PROBIC/UDESC – lucasorsi-kammer@hotmail.com

Palavras-chave: Patrimônio; fotografia; Brasil.

O presente trabalho foi realizado no âmbito da pesquisa intitulada "Patrimônio imaginado: fotógrafos, fotografia e produção social do patrimônio cultural no Brasil (décadas de 1930 a 1990)", ainda em andamento, coordenado pela Profa. Dra. Janice Gonçalves e desenvolvido na Universidade do Estado de Santa Catarina. Em linhas gerais, o objetivo da pesquisa é compreender o papel da fotografia na constituição e consolidação do campo patrimonial brasileiro. Na década de 1930, com a criação do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, o uso da fotografia possibilitou fundamentar os processos de tombamento e estudos técnicos relativos a bens escolhidos para configurar o patrimônio nacional. Além disso, as imagens fotográficas foram instrumento de divulgação do conceito de patrimônio e do acervo constituído, através de publicações propagadas pelo próprio órgão de preservação, sendo o veículo mais frequente a *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, cuja primeira edição foi lançada em 1937. A *Revista do Patrimônio* trazia artigos variados relacionados à questão patrimonial, desde biografias acerca de artistas que deixaram seu legado em solo brasileiro até textos sobre a trajetória de bens edificados. As fotografias acompanhavam com frequência o material textual, contribuindo para ressaltar determinados aspectos das discussões, além de trazer para o leitor a informação visual de determinado lugar ou bem. Tendo em vista o levantamento e sistematização de dados referentes à *Revista* no período de 1930 a 1990, no primeiro ano de pesquisa optou-se por trabalhar com as edições publicadas entre 1937 e 1978, pelo fato de que, nesse intervalo, o impresso manteve o mesmo formato, quanto a tamanho, organização de conteúdo e diagramação. Buscou-se verificar quais bens edificados foram fotografados, onde estavam localizados e a relação entre a fotografia publicada e o texto ao qual estava relacionada. Para isso, as fotografias foram selecionadas e digitalmente recortadas, sendo posteriormente organizadas em pastas de arquivo conforme o número da edição. Para a sistematização de dados, foram utilizados dois formulários no Google Docs, a partir dos quais foram geradas planilhas, de modo a proporcionar a análise sistemática dos dados. Em um segundo momento, fez-se a análise de tais imagens, partindo-se de critérios como composição, enquadramento, efeitos visuais, relação entre planos, distribuição dos elementos, sentido da fotografia, linhas direcionais, contrastes e uso da luz. O principal intuito foi perceber se havia um

padrão quanto a *como* e *o que* fotografar. Foram levantadas todas as imagens, mas, na análise efetuada no primeiro ano da pesquisa, efetuou-se uma amostragem das imagens fotográficas referentes ao patrimônio edificado, por ser o tipo de bem patrimonial mais recorrente. No processo de pesquisa também foram consultadas entrevistas já publicadas, realizadas com fotógrafos e funcionários do IPHAN por pesquisadores acadêmicos da temática e do próprio órgão. Para a análise, os principais referenciais teóricos mobilizados foram aqueles contidos em textos de autores como Ulpiano Toledo Bezerra de Menezes, Henry Carroll, Ana Maria Mauad, Solange Ferraz de Lima e Vânia Carneiro de Carvalho. Percebeu-se que há uma recorrência quanto aos bens fotografados, com destaque para igrejas e construções ligadas ao poder público, como Casas de Câmara. O predominante posicionamento diagonal do fotógrafo em relação ao objeto fotografado permite pensar a importância atribuída à visualização das fachadas da edificação (frontal e lateral). Ademais, o interesse, mais no âmbito das construções religiosas, de fotografar não apenas a área externa, mas o interior das igrejas, como altares, retábulos e pinturas de teto. Quanto a um modo correto de fotografar, a pesquisa bibliográfica permitiu identificar um documento orientador, elaborado pelo órgão federal de preservação: uma portaria de Rodrigo Melo Franco de Andrade, datada de 1948, em que fazia um conjunto de recomendações. Já em relação aos fotógrafos que atuaram no órgão, a pesquisa bibliográfica também permitiu verificar que grande parte eram arquitetos e engenheiros, sendo relativamente poucos os fotógrafos profissionais. Foram encontradas poucas informações acerca deles, excetuados aqueles que foram objeto de estudo de algum pesquisador, como Eric Hess, Marcel Gautherot e Herman Hugo Graeser. Além disso, nas próprias imagens presentes na *Revista do Patrimônio* não havia créditos, dificultando a identificação dos fotógrafos. Os próximos passos da pesquisa envolvem o levantamento de outras fontes, como publicações do IPHAN do período estudado, documentos de arquivo em acervos existentes no Rio de Janeiro e em São Paulo, além da realização de entrevistas.